



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROCESSO PJECOR N.º: 0000104-51.2022.2.00.0808

UNIDADE JUDICIÁRIA: 1ª VARA DE FAMÍLIA DO JUÍZO DE CARIACICA/ES - COMARCA DA CAPITAL

JUIZ TITULAR: DR. IZAIAS EDUARDO DA SILVA

ASSUNTO: CORREIÇÃO VIRTUAL - 2022

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

1ª VARA DE FAMÍLIA DO JUÍZO DE CARIACICA/ES - COMARCA DA CAPITAL

Submeto aos ilustres membros deste Egrégio Conselho Superior da Magistratura a apreciação do Relatório de Correição Virtual levada a efeito na 1ª Vara de Família do Juízo de Cariacica/ES - Comarca da Capital, em atendimento aos termos da Portaria n. 011/2022 e do Edital n. 020/2022, disponibilizado no Diário Eletrônico do dia 14/03/2022.

1. METODOLOGIA UTILIZADA

A metodologia utilizada na presente Correição Virtual é fundamentada em relatórios analíticos gerenciais, com especificações de todos os processos da 1ª Vara de Família do Juízo de Cariacica/ES - Comarca da Capital, fornecidos pelos sistemas de automação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Objetiva-se, pois, prevenir e corrigir irregularidades no uso e alimentação do sistema informatizado de gerenciamento e movimento processual, permitindo, assim, adequada viabilidade do instrumento para as rotinas cartorárias e, conseqüentemente, a boa prestação jurisdicional.

Com efeito, a equipe correcional iniciou o exame qualitativo dos processos quanto às últimas movimentações e a situação temporal em que se encontravam, nos parâmetros definidos pelo artigo 15 do Código de Normas.

A correição ensejou, dessa forma, o levantamento prévio de dados sobre os processos que se encontravam com andamento paralisado, assim como aferição acerca da organização das atividades desenvolvidas na unidade e da eficiência e desempenho dos recursos humanos disponibilizados, para ao final perfilar recomendações e determinações de ajustes ao fiel cumprimento das leis e normas atinentes à hipótese.

2. ESTRUTURA FUNCIONAL

Juiz Responsável

Juiz	Vínculo	Ato
Izaías Eduardo da Silva	Juiz Titular	nº 323/2014 - 01/09/2014

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 26/05/2022)

Servidores lotados

Servidor (a)	Cargo	Função
José Guilherme Pimentel Balestrero	Analista Judiciário Especial - QS - Escrivão Judiciário	-
Priscilla Toscano Luppi	Analista Judiciário - AJ - Direito	Chefe de Secretaria Substituto - Ato nº 1495/12 - 01/11/2012
Livia Paraíso Donô Sant'anna	Analista Judiciário - AJ - Direito	-
Maria Palmyra Miranda Zanotti	Analista Judiciário - AJ - Direito	-
Fabio Alonso de Oliveira	Assessor de Juiz	-

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 26/05/2022)


Servidores à disposição de outras Unidades

Servidor (a)	Cargo	Observação
Rosiene Maria Davariz Delboni	Analista Judiciário - AJ - Direito	Respondendo pelo cargo de Chefe de Secretaria da Vara da Fazenda Pública Municipal de Cariacica - Ato nº 2625/14 em 06/10/2014

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 26/05/2022)

A Lei Complementar Estadual nº 234/02 – Código de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo – prevê, como paradigma, a lotação de **4 (quatro) Analistas Judiciários 02 - Área Judiciária** para a 1ª Vara de Família do Juízo de Cariacica/ES. Vê-se, daí, que o quadro funcional da secretaria **atende** à previsão mínima estabelecida em lei.

Ademais, conforme Tabela de Lotação de Pessoal – TLP de todas as unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, disponibilizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas no site do Tribunal de Justiça¹, a lotação real de servidores efetivos da Unidade é de 04 (quatro) servidores e a lotação paradigma também é de 04 (quatro) servidores, vejamos:

TABELA DE LOTAÇÃO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO								
 TLP1 - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias de Primeiro e Segundo Grau do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo Referência: 01 de janeiro de 2022								
UNIDADES JUDICIÁRIAS DO APOIO D								
Grau	Tipo	Descrição da Unidade	UF	Município	LP	LOTAÇÃO REAL DOS EFETIVOS	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES QUE INGRESSARAM POR CESSÃO OU REQUISICÃO	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES SEM VÍNCULO
1	F - FAMÍLIA	1ª VARA FAMÍLIA	ES	CARIACICA	4	4	0	1

3. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DA UNIDADE

A estatística processual da unidade foi consolidada a partir dos sistemas informatizados utilizados para movimentação de todos os processos da Vara.

Processos distribuídos

Indicador	Total	média/mês
Janeiro a dezembro de 2020	623	52
Janeiro a dezembro de 2021	919	77

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 26/05/2022)

Evolução do acervo

Ano	Acervo
2020	2.035
2021	1.944

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 26/05/2022)

Acervo atual

	Maio 2022
Total	1.827
Suspensos ou sobrestado	20
Remetidos para julgamento de recurso	9
Tramitação ajustada	1.798

(Tramitação ajustada: acervo real em movimento na unidade judiciária)

4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DO GABINETE

Processos conclusos

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade total de processos conclusos	144	295
Conclusos para sentença há mais de 100 dias	0	0
Conclusos para decisão há mais de 100 dias	0	0
Conclusos para despacho há mais de 100 dias	0	1
Conclusos para ato diverso há mais de 100 dias	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 26/05/2022)

Audiências

Indicador	1ª fase	2ª fase
-----------	---------	---------

Quantidade de audiências designadas	175	122
Quantidade de audiências designadas para mais de 4 meses	23	1

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 26/05/2022)

5. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

Tabela Processual Unificada – CNJ

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem migração de classe	0	0
Processos sem assunto	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 26/05/2022)

Processos sem movimentação há mais de 100 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem movimentação há mais de 100 dias	84	53

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 26/05/2022)

Petições pendentes de juntada há mais de 10 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Petições pendentes de juntada	18	6

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 26/05/2022)

Cartas precatórias não cumpridas no prazo de 60 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Cartas precatórias pendentes de cumprimento	8	25

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 26/05/2022)

Processos fora de cartório há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos fora de cartório ou em remessa externa	27	3

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 26/05/2022)

Mandados pendentes de devolução por parte de Oficial de Justiça há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Mandados pendentes de devolução há mais de 30 dias	34	38

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 26/05/2022)

6. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE METAS

Meta 1 CNJ/2021 (Foco: Produtividade)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Percentual obtido	Resultado
67,2%	Meta não cumprida

Meta 2 CNJ/2021 (Foco: Celeridade)

Identificar e julgar até 31/12/2021: Na Justiça Estadual: pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º grau e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2018 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Percentual obtido	Resultado
116,2%	Meta cumprida

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão referente à Dezembro de 2021)

7. DESEMPENHO DA UNIDADE JUDICIÁRIA

7.1. Gabinete

A apuração sistêmica dos dados da unidade, consolidados até o dia 16/03/2022, revelou a existência de 144 (cento e quarenta e quatro) processos em gabinete para análise do Magistrado, não havendo registro de processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.

Em nova consulta, realizada no dia 26/05/2022, percebe-se que o acervo concluso obteve um aumento, havendo o registro de excesso de prazo de conclusão em apenas 01 (um) processo.

Neste ponto, recomenda-se ao magistrado que promova o acompanhamento regular do acervo de processos conclusos, de modo que o tempo de resposta conferido aos pronunciamentos judiciais não exceda o prazo de 100 dias, conforme orientações do CNJ.

Com relação às audiências designadas pelo Juízo, na 1ª fase da correição verificou-se que das 175 (cento e setenta e cinco) audiências designadas, 23 (vinte e três) estavam para mais de 4 meses. Em nova consulta, verifica-se que atualmente constam 122 (cento e vinte e duas) audiências designadas, sendo que apenas 01 (uma) encontra-se marcada para mais de 4 meses.

Em suas informações, o MM. Juiz registrou que, por responder também pela 4ª Vara de Família de Cariacica, somente consegue designar audiência em uma média de 5 (cinco) por dia em 2 (dois) dias na semana em cada vara, visando manter a equidade entre elas. Ademais, ponderou que não há promotor de justiça titular em nenhuma das Varas de Família em que responde, sendo que os promotores que nelas atuam, o fazem de forma cumulativa e, em razão dessa situação, necessitou desmarcar diversas audiências já designadas por falta de promotor de justiça.

Registrou, por fim, que como medida de adequação, determinou a inclusão de mais 1 (um) processo em cada dia de audiência, em ambas as varas, a fim de dar celeridade na tramitação dos feitos.

Verifica-se, desse modo, que a medida adotada pelo Magistrado obteve um resultado satisfatório, haja vista que atualmente apenas um processo encontra-se com audiência designada para mais de 4 meses.

Ademais, registra-se o bom desempenho da Unidade quanto ao cumprimento da Meta 2 CNJ, cujo percentual obtido no ano de 2021 foi de 116,2%. No que se refere à Meta 1 CNJ, verifica-se que esta não foi cumprida, sendo atingido o percentual de 67,2%, devendo o Juízo adotar medidas

concretas voltadas ao atendimento integral das *Metas Prioritárias* estabelecidas pelo Conselho Nacional da Justiça, impulsionando efetivamente os processos inseridos nas referidas metas.

7.2. Secretaria

Analizando os dados extraídos na 1ª fase e na 2ª fase da correição, foi possível verificar uma melhora quanto às pendências verificadas, entretanto, dois pontos precisam ser observados com maior atenção pela secretaria, quais sejam: os **processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias** e os **mandados pendentes de devolução pelos Oficiais de Justiça**.

No que se refere aos processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias, verifica-se que o processo nº 5004538-69.2021.8.08.0012 encontra-se paralisado desde outubro de 2021, com despacho proferido. Ademais, outros feitos permanecem sem movimentação há pelo menos 4 (quatro) meses, devendo a secretaria adotar as medidas necessárias visando o impulsionamento de todos os processos paralisados inadequadamente, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais.

Quanto aos mandados pendentes de devolução pelos Oficiais de Justiça, o Escrivão Judiciário da Unidade, por meio de certidão, esclareceu que a Serventia inseriu uma notificação individual em cada mandado, endereçada ao respectivo Oficial de Justiça a quem coube a distribuição, cobrando a sua devolução.

Compulsando a listagem atualizada de mandados pendentes de devolução, infere-se que 38 (trinta e oito) mandados permanecem sem devolução, sendo que alguns já contam com mais de 70 (setenta) dias de distribuição.

Assim, deve a secretaria sempre observar o dispositivo no inciso XVI, do artigo 438 do Código de Normas, procedendo-se às devidas cobranças e comunicando os fatos ao Magistrado, caso não seja realizada a devolução dos mandados dentro do prazo.

Por fim, recomenda-se à secretaria que mantenha o controle efetivo sobre os processos em carga, com cobrança mensal mediante intimação pelo e-Diário, por telefone, verbalmente ou por e-mail, conforme determina os artigos 376, §§ 4º e 5º e 399 a 401, ambos do Código de Normas. Para tanto, deverá lançar mão da ferramenta eletrônica “Painel de Prazos” no sistema e-JUD, o que otimizará buscas posteriores e a observância do prazo.

8. DETERMINAÇÕES

8.1 Ao Juiz Titular

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Situação da unidade judiciária	<u>Encaminhe</u> impreterivelmente no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado à Corregedoria Geral da Justiça quanto a adoção de todas as medidas correicionais direcionadas à Unidade; <u>Adote</u> , doravante, as orientações e medidas como rotinas de trabalho, fiscalizando, a observância, pelo cartório da alimentação dos sistemas informatizados;
Processos conclusos há mais de 100 dias	<u>Promova</u> o acompanhamento regular do acervo de processos conclusos, de modo que o tempo de resposta conferido aos pronunciamentos

mais de 100 dias	judiciais não exceda o prazo de 100 dias, conforme orientações do CNJ;
Metas Nacionais CNJ	<u>Adote</u> medidas concretas voltadas ao atendimento integral das <i>Metas Prioritárias</i> estabelecidas pelo Conselho Nacional da Justiça, impulsionando efetivamente os processos inseridos nas referidas metas.

8.2. Ao Escrivão Judiciário

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Juntada de petições	<p><u>Regularize</u> a situação de todas as petições pendentes de juntada, de modo que o sistema represente fidedignamente a realidade cartorária;</p> <p><u>Observe</u>, doravante, rigorosamente o prazo de até 10 (dez) dias para a juntada das petições protocolizadas na forma do artigo 234 do Código de Normas Judicial, promovendo, em qualquer situação, o adequado movimento taxonômico “juntada de petição de #{tipo de petição}” (código 85), quando da juntada física;</p>
Mandados expedidos	<u>Mantenha</u> rigoroso controle sobre os prazos para cumprimento dos <i>mandados judiciais expedidos</i> , em atendimento ao estabelecido no Código de Normas, <u>procedendo</u> a sua regular cobrança quando excedido o tempo para devolução, nos termos do inciso XVI, do artigo 438 do Código de Normas;
Processos em carga externa	<p><u>Providencie</u> a cobrança dos processos em carga por prazo excessivo;</p> <p><u>Adote</u>, no monitoramento dos prazos em geral dos autos físicos, a ferramenta eletrônica "Painel de Prazos" no Sistema e-Jud (ou equivalente), o que otimizará buscas posteriores, sem prejuízo da utilização do "escaninho virtual respectivo" e correspondente organização cartorária física, anotando-se o tipo e a data de vencimento do prazo;</p>
Processos paralisados há mais de 100 dias	<u>Trabalhe</u> efetivamente todos os processos paralisados inadequadamente em cartório há mais de 100 dias, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais, nos termos do artigo 153 do CPC;
Cartas precatórias	<u>Observe</u> , no que diz respeito às cartas precatórias recebidas para fins de cumprimento, o disposto nos incisos XXIV, do artigo 438 do Código de Normas, de modo que tenham <u>prioridade de tramitação</u> ; comunique pela via eletrônica ou telefônica ao Juízo deprecante, em tal situação, o número de autuação da carta precatória e outros dados importantes para o cumprimento do ato solicitado, tais como a data de eventual audiência designada ou sobre a expedição de

mandado; por fim, no que diz respeito exclusivamente às solicitações de atos citatórios/intimatórios deprecados, após a apuração do resultado das diligências dos oficiais de justiça, informe-as imediatamente por meio eletrônico ao Juízo deprecante.

9. ORIENTAÇÕES GERAIS

9.1. Ao Juiz Titular

EVENTO	ORIENTAÇÃO
Suspeição e Impedimento	<u>Observe</u> o Provimento n. 36/2019, alterado pelo Provimento n. 27/2020, que determina que as decisões de suspeição e impedimento proferidas nas suas respectivas unidades judiciárias sejam devidamente registradas pelos movimentos 12.150, 12.151 ou 269, conforme o sistema utilizado;
Processos físicos	<u>Utilize</u> os atos <i>judiciais</i> <i>dinâmicos</i> (despacho/mandado; decisão/mandado; julgamento/mandado; despacho/AR; decisão/AR etc.) existentes no sistema <i>e-JUD</i> , evitando-se o retrabalho para a unidade judiciária, conforme recomendação constante do Ofício Circular nº 70/2014;
Designação de audiências	<u>Fixe</u> como meta o prazo máximo de 4 meses para realização das audiências, observando os feitos prioritários e tendo por vetor a razoável duração do processo.

9.2. Ao Escrivão Judiciário

EVENTO	ORIENTAÇÃO
Juntada de petições	<u>Proceda</u> a juntada de petições e AR's nos autos conclusos diretamente no gabinete do magistrado, abstendo-se de retirá-los indevidamente para qualquer fim, e se atentando a utilização do respectivo movimento taxonômico que não altera a ordem cronológica de conclusão, qual seja: "juntada de petição de #{tipo de petição}" (código 85);
Processos em carga	<u>Relacione</u> , mensalmente, todos os processos com carga não devolvidos no prazo conferido e <u>promova</u> a intimação do responsável, via Diário da Justiça, para proceder sua devolução em 3 (três) dias, comunicando ao Magistrado as hipóteses de retenção indevida, em observância ao artigo 399 e seguintes do Código de Normas;
Observância aos comandos exarados pelo Magistrado	<u>Fiscalize e implemente</u> , cuidando-se de despacho ou decisão que contenham diversos itens para cumprimento pelo cartório, <i>todas as determinações lançadas pelo Magistrado</i> , evitando-se, com isso,

conclusões desnecessárias em prejuízo da celeridade do trâmite processual;	
Processos aptos ao arquivamento	<u>Arquive</u> os processos findos, sempre que existentes, em caixa previamente preparada, utilizando-se o movimento “arquivado definitivamente” (código 246), uma vez que qualquer outra sistemática torna o acervo da serventia fictício.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A correção realizada possibilitou a percepção de que, dentro das condições em que se encontra inserida, a **1ª Vara de Família do Juízo de Cariacica/ES** necessita se adequar aos padrões delineados no presente procedimento para que a prestação jurisdicional seja realizada com a desejável presteza e organização, em que pese a melhora verificada na secretaria da unidade após a segunda extração de dados.

Diante disso, foram traçadas algumas determinações ao Sr. Escrivão Judiciário para que, em atenção as atribuições que lhe foram conferidas por lei, exerça a gerência administrativa do cartório, de modo que os feitos sejam impulsionados regularmente na conformidade da rotina laboral impedindo-se, assim, atrasos e represamentos injustificados na marcha processual.

Ao Juiz Titular por sua vez, foi determinado que promova o acompanhamento regular do acervo de processos conclusos, de modo que o tempo de resposta conferido aos pronunciamentos judiciais não exceda o prazo de 100 dias, conforme orientações do CNJ, bem como adote medidas concretas voltadas ao atendimento integral das *Metas Prioritárias* estabelecidas pelo Conselho Nacional da Justiça, impulsionando efetivamente os processos inseridos nas referidas metas, notadamente a Meta 1.

Por fim, foi determinado ao Magistrado que apresente **no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado** à Corregedoria Geral da Justiça, enunciando os resultados obtidos pela adoção de todas as medidas correcionais direcionadas à Unidade.

Este é o relatório que me cumpria submeter ao crivo deste Colendo Conselho Superior da Magistratura.

Vitória/ES, 27 de maio de 2022.

Desembargador CARLOS SIMÕES FONSECA

Corregedor Geral da Justiça



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS SIMOES FONSECA, CORREGEDOR**, em 06/06/2022, às 17:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1180428** e o código CRC **4115F911**.